

CONFORME O DISPOSTO NA FICHA DE INSCRIÇÃO, EXPLICITE:

- a) Área de inscrição: Educação
- b) Modalidade de pesquisa: Bibliográfica
- c) Trabalho a ser apresentado de acordo com:
 - Área: Educação
 - Tema/modalidade de pesquisa: Formação de Professores

ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRCTO-SENSU NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Migdalia Rodríguez Cabrera

*Universidade Cruzeiro do Sul
migdalia.rodriguez@hotmail.com*

Mauro Sérgio Teixeira de Araújo

*Universidade Cruzeiro do Sul
mstaraujo@uol.com.br*

Resumo

Este texto fornece análises qualitativas de uma pesquisa sobre aspectos da formação continuada dos professores egressos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul desde sua criação até o ano de 2016. Essa temática se justifica pelo momento atual de discussão das políticas educacionais brasileiras. No âmbito metodológico realizamos um levantamento de dados bibliográfico-documental com o intuito de investigar os enfoques das políticas educacionais direcionadas à pós-graduação stricto-sensu relacionados à formação continuada de professores, objetivando abordar as propostas de incentivo e fomento à pesquisa decorrentes das políticas públicas vigentes. Constatamos que alterações nas políticas públicas de fomento impactaram negativamente na demanda dos estudantes e no fluxo de egressos no curso de Mestrado Profissional investigado como estudo de caso.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Pós-Graduação. Formação Continuada de Professores.

Abstract

This text provides qualitative analyzes of a research on aspects of the continuing education of teachers who have graduated from the Postgraduate Program in Science and Mathematics Teaching at Cruzeiro do Sul University since its inception until 2016. This theme is justified by the current discussion of Brazilian educational policies. In the methodological scope, we carried out a bibliographical-documentary survey to investigate the approaches of the education policies directed to the stricto-sensu postgraduate studies related to the continuous formation of teachers, aiming to approach the proposals of incentive and foment to the research resulting from the public policies in force. We found that alterations in public development policies had a negative impact on student demand and the flow of graduates in the Professional Master's course investigated as a case study.

Keywords: Educational Policies. Postgraduate studies. Continuing Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns resultados qualitativos de uma pesquisa que busca investigar aspectos da formação continuada dos professores egressos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul desde sua criação até o ano de 2016, constituindo um estudo de caso que se justifica tendo em vista o momento atual de discussão das políticas educacionais brasileiras.

Nesta investigação traçamos inicialmente o perfil dos egressos de um programa de pós-graduação stricto-sensu. Identificamos a necessidade de caracterizar e compreender as políticas públicas que normatizam o currículo da formação de professores, com ênfase nas diretrizes emanadas pela CAPES, o que constitui o foco central deste estudo em particular.

A partir do princípio de que a pós-graduação tem a missão de formar profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e contribuir para o processo de modernização do país, formulamos as seguintes questões norteadoras deste estudo: Qual tem sido a preocupação das políticas públicas com a pós-graduação brasileira? Como os órgãos públicos ou agências de fomento têm interagido com a pós-graduação de modo a estimular a formação de profissionais capacitando-os para atuar nos diferentes setores da sociedade?

Nesse sentido, de acordo com as perspectivas metodológicas adotadas na pesquisa, realizamos um estudo com abordagem qualitativa por meio de um levantamento de dados bibliográfico/documental com o intuito de investigar os enfoques das políticas educacionais direcionadas à pós-graduação stricto-sensu no âmbito da formação continuada de professores, objetivando abordar as propostas de incentivo e fomento à pesquisa e a extensão.

Nesse estudo nos baseamos nos seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996); o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2004); o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2010) e as Orientações Gerais da Rede Nacional de Formação Continuada (2006). Apoiamos nossas análises no arcabouço teórico fornecido por Garcia (1999) e Libâneo (2011) para compreender os princípios e pressupostos inerentes ao tema da formação continuada de professores, além de estudiosos que abordam o tema das políticas públicas como: Bauer (2012), Gatti (2008), e Prada (2001). Este arcabouço teórico constitui o fio condutor para a análise e compreensão dos princípios, concepções e

diretrizes envolvidas na construção de uma política de formação continuada atrelada às políticas públicas vigentes.

1.1 Princípios, Concepções e Diretrizes Gerais da Pós-Graduação

O Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005 – 2010 afirma ser no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica brasileira, destacando assim a sua importância e valorização. Nesse sentido, o mesmo documento ressalta que o seu desenvolvimento foi produto de uma deliberada política indutiva, em grande medida concebida, conduzida e apoiada pelas instituições públicas, com decisivo engajamento da comunidade acadêmica brasileira.

Pode-se entender que existe uma política de formação para a pós-graduação que envolve as diferentes instituições de ensino nesse nível e que está alicerçada com a comunidade acadêmica nacional, de modo a promover o seu desenvolvimento e desempenho nas diferentes áreas de ensino no país. Este fato aparece cunhado no referido documento, o qual alega que esse desempenho se encontra intimamente ligado a uma mobilização permanente da comunidade acadêmica nacional, bem como a um processo contínuo de integração com a comunidade científica internacional, orquestrado e apoiado pela CAPES e CNPq.

1.1.1 Algumas indicações do sistema educacional brasileiro no âmbito da pós-graduação stricto-sensu

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Art. 21 e 44) que dispõe sobre a organização da educação nacional é importante destacar que uma pós-graduação coerente com o princípio constitucional da igualdade de oportunidades supõe o fluxo de uma educação básica forte, qualificada, equânime e democrática (BRASIL, 2004, p. 24). Desse modo fica clara a necessidade de uma sólida política pública que atenda ao funcionamento dos programas de pós-graduação de modo a responder aos desafios levados adiante na sua atividade de pesquisa e no fluxo de pesquisadores mestres e doutores preparados para atender as necessidades da educação nacional.

O quadro revelado pelo Censo Escolar realizado pelo INEP em 2003 relativo à qualificação do corpo docente do ensino superior sinaliza para uma situação atual da pós-graduação brasileira em que há uma necessidade de se investir fortemente na titulação dos docentes que atuam nas

Instituições de Ensino Superior (IES), tendo como parâmetro a melhoria do ensino em sua fase atual e a necessidade de sua expansão qualificada. Nesse sentido se destaca a articulação entre a graduação e o sistema nacional de pós-graduação ao longo do tempo, constatando-se que a pós-graduação nacional pode expandir-se e consolidar-se no espaço de poucas décadas. Contudo, foi demonstrado através dos dados que a necessidade de capacitação de docentes, tanto para a educação básica, quanto para a superior, continua sendo uma das tarefas centrais da pós-graduação brasileira.

Apesar disso, no que se refere à pós-graduação brasileira, constata-se um crescimento no sistema nacional nos seus vários aspectos, tais como: número de cursos, número de alunos matriculados e titulados em todas as regiões e em todas as grandes áreas de conhecimento, neste caso com algumas oscilações, mas com uma tendência nitidamente positiva. A título de exemplo, mostramos na Tabela 1 a seguir um segmento da evolução da pós-graduação brasileira em relação ao número de alunos titulados entre 1990 e 2003.

Tabela1: Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação

Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação
Número de alunos titulados – 1990-2003

Nível	1990	1996	2003	Taxa geométrica (% ao ano)	
				2003/1990 (13 anos)	2003/1996 (7 anos)
Mestrado	5.737	10.499	27.630	12,9	14,8
Doutorado	1.302	2.985	8.094	15,1	15,3
Soma	7.039	13.484	35.724	13,3	14,9

Fonte: CAPES/MEC.

Entretanto, constata-se ainda a necessidade da formação de quadros docentes para atuar nos diferentes níveis de ensino. Importa destacar também que o número de bolsas disponibilizadas pelas agências federais também cresceu, embora em ritmo mais lento (BRASIL, 2004).

1.1.2 Caracterização do fluxo de alunos/egressos do programa de pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul (2004-2016)

Tomada como estudo de caso, a pós-graduação stricto-sensu na Universidade Cruzeiro do Sul compreende o programa de Ensino de Ciências e Matemática com o curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECM), e o programa de Ensino de

Ciências que contempla o Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática (DECM) e o curso de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências (MAEC), em acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, da qual faz parte o conjunto das universidades, as quais pelo Art. 207 devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Neste trabalho voltamos nossa atenção para a análise de alguns parâmetros referentes ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática no período compreendido entre 2004 e 2016, à luz das políticas públicas referenciadas neste estudo. Esse curso foi criado em 2003 e reconhecido e homologado pelo Conselho Nacional de Educação por meio de Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008, Parecer CES/CNE 33/2008.

Nos triênios 2004-2006 e 2007-2009 foi avaliado pela CAPES com conceito 4,0 e no triênio 2010-2012 com nota 5,0. Tem-se observado uma evolução em diversos indicadores durante o processo de implantação e consolidação do programa, entre os quais a ampliação de captação de recursos nas agências de fomento, fato que pode repercutir no fluxo de alunos matriculados e egressos do programa como indicam os dados que apresentamos na tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Número de alunos matriculados e egressos (2004-2016) - UNICSUL

Mestrado Profissional (ECM)			
Matrícula		Egressos	
Ano	Nº Alunos	Ano	Nº Alunos
2004	39	2004	0
2005	50	2005	0
2006	35	2006	21
2007	45	2007	30
2008	43	2008	36
2009	55	2009	33
2010	27	2010	28
2011	18	2011	21
2012	20	2012	19
2013	15	2013	11
2014	23	2014	8
2015	27	2015	13
2016	19	2016	9
Total	416	Total	229

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Pós-Graduação da Unicsul.

Os dados referentes ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Unicsul mostrados na tabela 2 indicam que apesar da oscilação observada no fluxo de alunos até o ano de 2009 houve um crescimento de aproximadamente 13,2% das matrículas, visto que passou de 39 alunos matriculados em 2004 para 55 em 2009. A partir desse ano houve uma queda expressiva por quatro anos consecutivos (2010, 2011, 2012, 2013) na quantidade de alunos matriculados, sendo que nos anos seguintes de 2014 e 2015 houve um aumento temporário nesse indicador, seguido de uma nova queda em 2016.

Assim, verifica-se neste programa em estudo como um caso específico em relação ao Sistema Nacional de pós-graduação que houve instabilidade no que concerne ao número de alunos matriculados, com significativa queda nos últimos anos. Esta diminuição pode ser constatada comparando-se a média de matrículas observadas no período 2004-2009 (44,5 matrículas) com o período seguinte 2010-2016 (21,3 matrículas), correspondendo a uma diminuição de mais de cinquenta por cento neste indicador.

Tomando como base o tempo de titulação determinado pela Capes para os cursos de Mestrado, sendo este estipulado em 24 meses com tolerância para atingir até 30 meses, a análise dos dados em um primeiro momento nos permite observar que de 39 alunos matriculados em 2004 apenas 21 alunos defendeu suas dissertações no ano de 2006. Este fato sinaliza que não houve adequada correspondência entre esses dois dados, o mesmo podendo ser observado nos dados subsequentes mostrados na Tabela 2 em relação ao número de egressos no período entre 2004 e 2016. Importa destacar também que o tempo médio de titulação nesse período gira em torno de 30 meses, pois a maioria dos estudantes utiliza o tempo máximo designado pela Capes, havendo inclusive um número reduzido de estudantes que dispense cerca de 36 meses para alcançar a titulação.

Os Gráficos 1 e 2 mostram a evolução ao longo do tempo do programa de pós-graduação stricto-sensu em Ensino de Ciências e Matemática da Unicsul no que concerne ao número de alunos matriculados e egressos a partir do ano de 2004 até o ano de 2016. Os dados representados originam da Tabela 2 e oferecem uma visão mais clara e representativa desse cenário, o qual em grande parte reflete as repercussões de políticas públicas adotadas no âmbito do fomento à formação de pós-graduandos. Esta constatação decorre da análise dos dados relativos à concessão de bolsas de estudo pelas Agências Federais revelados pelo PNPG (2004) ao apontar

que, desde meado dos anos 90, vem ocorrendo uma queda na relação entre o número de bolsas efetivamente implementadas (CAPES + CNPq) e o total de alunos matriculados no mestrado.

Nesta análise, tratando-se dos mestrados profissionais cabe ressaltar o apoio em forma de bolsas de estudo disponibilizadas para esses cursos vindas preferencialmente de órgãos públicos como as Prefeituras ou Secretarias Estaduais de Ensino (SEE), principalmente de São Paulo. Nesse sentido, merece destaque o Decreto nº 53.277, de 25 de julho de 2008, o qual dá nova regulamentação ao Projeto Bolsa Mestrado, instituído pelo Decreto nº 48.298, de 3 de dezembro de 2003, nos termos da Lei nº 11.498, de 15 de outubro de 2003. O referido documento no seu artigo 2º expressa:

Artigo 2º - A Bolsa Mestrado destina-se, exclusivamente, ao titular de cargo efetivo do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, integrante de classe de docentes ou de suporte pedagógico, admitido em curso de pós-graduação ministrado por instituição de ensino de nível superior, da rede pública ou privada, e que atenda, cumulativamente, às seguintes condições: I - esteja em efetivo exercício, atuando no magistério público estadual; II - tenha sido considerado estável nos termos da Constituição Federal; III - não esteja em regime de acumulação remunerada de cargos públicos ou de cargo/função/emprego público. (SÃO PAULO, 2008).

De acordo com o exposto neste decreto, fica demonstrada a existência de uma política de incentivo no âmbito do fomento a formação de pós-graduando. Ao mesmo tempo constata-se que seu artigo 6º declara que “o incentivo financeiro de que trata este decreto não se incorpora, em nenhuma hipótese, aos vencimentos dos beneficiários e não será considerado para cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias”.

No início da implantação do programa essas bolsas representaram um impacto positivo na vida de muitos professores da educação básica e instituições de ensino para esse nível que aderiram as ofertas de vagas e ingressaram no programa, como visto no Gráfico 1 justamente até o ano de 2009. Apesar das oscilações nota-se um aumento no número de matrículas nesse período convergindo com o princípio da expansão do Sistema Nacional da pós-graduação brasileira. Entretanto, a partir do ano de 2010, as mudanças introduzidas pelas políticas públicas municipais e estaduais em relação a esse setor repercutiu de maneira considerável na entrada de alunos no referido curso, pois foi alterado o programa de apoio via bolsas de estudos para os professores, refletindo na queda da demanda pelo programa de MP nesse período. Este fato pode ser entendido através do exposto na Resolução SE nº 03, de 17 de janeiro de 2008, que

dispõe sobre a suspensão da concessão de bolsa mestrado aos integrantes do Quadro do Magistério. O referido documento expressa:

Art. 1º- Ficam suspensos, por seis meses a contar da publicação da presente Resolução, os efeitos do Art.1º da Resolução SE nº 131 de 04/12/2003 que dispõe sobre a participação dos integrantes do Quadro do Magistério no Projeto Bolsa Mestrado instituído pelo Decreto nº 48.298 de 01/12/2003. (SÃO PAULO, 2008).

Segundo estabelece o Parágrafo único da Resolução 03/2008: “As concessões de bolsas mestrado e doutorado, a vista do contido no caput deste artigo ficam suspensas pelo prazo determinado”. Deste modo podemos acentuar que de fato houve mudança na política de incentivo financeiro por parte da Secretaria do Estado de São Paulo no âmbito da formação continuada dos professores, gerando queda da demanda pelo curso de MP nesse período.

Podemos interpretar que seja justamente a mudança nas políticas públicas de fomento a bolsas para formação continuada a principal justificativa para a queda verificada na demanda, ilustrada no Gráfico 1, bem como na formação de egressos mostrada no Gráfico 2.

Gráfico 1 - Número de alunos matriculados no período de 2004 a 2016

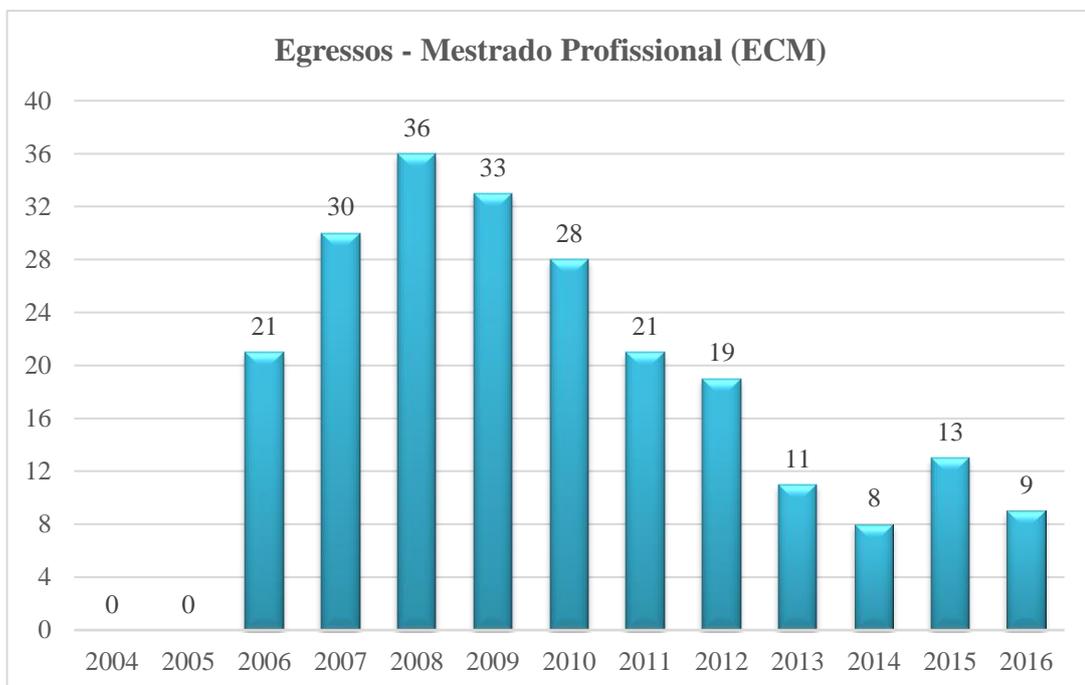


Fonte: Resultados da análise dos dados

Segundo o PNPG (2011-2020, p. 20), “em meados dos anos 90, a introdução do mestrado profissionalizante foi uma tentativa de inovar e diversificar o sistema, por meio da criação de

uma alternativa à ênfase estritamente acadêmica da pós-graduação brasileira”. O referido documento afirma que esta foi uma experiência difundida de maneira significativa e que do ponto de vista do tempo médio de titulação houve superação deste aspecto quando comparado com o acadêmico. O Gráfico 2 permite reforçar as constatações aqui expostas, principalmente no que se refere a uma diminuição perceptível no número de titulados a partir do ano de 2009, com reflexos no aumento no tempo de titulação desses egressos, indicando dificuldades no desenvolvimento das pesquisas a partir do menor apoio institucional por meio das bolsas.

Gráfico 2 - Número de Egressos no período de 2004 a 2016



Fonte: Resultados da análise dos dados

1.1.3 Concepções da formação continuada de professores no âmbito das políticas públicas

De acordo com Garcia (1999, p. 11), “a formação é o instrumento mais potente para democratizar o acesso das pessoas à cultura, à informação e ao trabalho”. Contudo, a profissão docente se apresenta como de difícil execução nos tempos atuais. A sociedade exige um professor que, além de cumprir com a sua função, seja capaz de resolver problemas gerados pelas crescentes demandas de um mundo cada vez mais globalizado e desagregado. Nesse sentido, Libâneo (2011) ao referir-se ao Sistema Nacional de Formação de professores faz uma crítica sobre a situação atual da profissão. O autor aponta que “poucas universidades brasileiras

têm uma política definida em relação à formação de professores para o ensino fundamental e médio”. De acordo com o autor, este quadro é reflexo de uma ausência de programas de formação continuada em serviço que motivem os professores e que se traduzam em mudanças na sala de aula, impactando o exercício profissional dos professores. Libâneo (2011) salienta ainda que:

Do ponto de vista do sistema de ensino, as propostas de intervenção em nível federal têm sido, ainda, bastante modestas, porque não tratam a questão no seu conjunto. A vinculação da política educacional nacional às diretrizes do Banco Mundial (que induz as reformas educativas nos países periféricos) tem provocado situações ambivalentes. Por um lado, acentua-se a necessidade de uma nova qualidade educativa, implicando mudanças nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e, em especial, na profissionalização dos professores. Por outro, impõem-se medidas restritivas a investimentos públicos (inclusive pagamentos de salários e financiamento da formação), por causa das exigências de reorganização do Estado. (LIBÂNEO, 2011, p. 91).

O autor traduz uma grande inquietação com relação ao sistema de ensino no país e demonstra a existência de uma ambivalência com as políticas públicas, entre as intenções declaradas e o provimento das condições efetivas de realização dessas intenções.

Segundo abordado por Bauer (2012, p. 69) no contexto da política educacional, no Brasil, observa-se um impulso à educação continuada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394/96), cujo Artigo 80º estipula que o poder público deve estimular o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação continuada. Bauer (2012, p. 69) acrescenta ainda que, “a partir da instituição do Fundef e do Fundeb verificou-se a operacionalização do marco legal presente na lei da educação nacional no que tange ao desenvolvimento profissional e à educação continuada (em serviço) dos professores pela vinculação de verbas públicas destinadas à sua concretização”.

Por sua vez, Gatti (2008) ressalta que o tema da educação continuada adquiriu relevo no âmbito das políticas públicas em nível mundial na década de 1990, destacando documentos do Banco Mundial, do Programa de Promoção das Reformas Educativas na América Latina (Preal), da Unesco e do Fórum Mundial da Educação como importantes veiculadores da ideia de preparar melhor os professores.

De acordo com Bauer (2012), a tendência a direcionar políticas públicas para a formação de professores aparece relacionada à possibilidade de melhoria da qualidade de ensino. Nesse sentido, encontramos diversos trabalhos que exploram a formação do professor como

definidora da qualidade do ensino oferecido. A esse respeito, é relevante destacar a citação de Prada (2001, p. 98-99):

As políticas de qualificação da educação e os programas, projetos, campanhas que as concretizam, estão orientadas, ao menos intencionalmente, ao atendimento da "*qualificação dos professores*", a qual para a maioria de políticos espertos, e pessoas em geral, é considerada o *nó górdio da qualidade da educação*. Esta "qualificação" é entendida mais no sentido da "eficácia e eficiência do trabalhador da educação" do que do ponto de vista do desenvolvimento do ser humano profissional e docente inserido na cultura local (escola), da região e do país onde trabalha.

De acordo com Bauer (2012), o discurso da formação docente como propulsora da qualidade de ensino tem adquirido grande importância nos debates sobre fatores que influenciam a qualidade escolar, normalmente traduzida para o público na forma de resultados dos alunos em avaliações padronizadas. Em outras palavras, a formação docente tem sido um tema de magnitude ampla nos debates que relacionam os processos de ensino e de aprendizagem e seus resultados, sendo defendida a necessidade de se garantir a qualidade do processo.

Conclusões

Retomando o objetivo principal deste estudo que visa analisar e compreender alguns aspectos das políticas públicas que normatizam a formação de professores, podemos concluir que existe uma política de formação para a pós-graduação que envolve as diferentes instituições de ensino nesse nível e que está alicerçada com a comunidade acadêmica nacional, de modo a promover o seu desenvolvimento e desempenho nas diferentes áreas de ensino no país. Apesar disso, constata-se a necessidade de uma sólida política pública que atenda ao funcionamento dos programas de pós-graduação de modo a responder aos desafios levados adiante na sua atividade de pesquisa e no fluxo de pesquisadores mestres e doutores, de modo que estes estejam preparados para atender as demandas da educação nacional.

Na análise dos dados referentes ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul, tomado como estudo de caso, verificou-se que há descontinuidade tanto no crescimento do número de alunos matriculados quanto no de alunos titulados no período investigado, com diminuição expressiva destes dois parâmetros.

Identificamos que este fato se deve, entre outros aspectos, à menor disponibilidade do número de bolsas oferecidas como auxílio aos alunos nesta modalidade de curso, visto que a partir do ano de 2010 houve alteração nas políticas públicas, principalmente relacionadas à SEE de São Paulo, no que diz respeito ao apoio aos professores por meio de bolsas de estudo para que

pudessem ingressar no MP. Esta diminuição nas bolsas oferecidas se refletiu em uma forte queda da demanda pelo programa e, na sequência, na quantidade de egressos.

Consideramos que é preciso haver maior articulação, ou seja, maior envolvimento e trabalho conjunto entre as agências federais de fomento e destas com as Secretarias Estaduais de Educação e até mesmo de Ciência e Tecnologia. Deste modo, será possível traçar estratégias de efetivo apoio para que os professores se envolvam em atividades de pesquisa e formação continuada nos programas de pós-graduação, o que tende a favorecer a preparação de recursos humanos mais capacitados para atender as crescentes demandas educacionais do País.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- _____. **Rede Nacional de Formação Continuada**. Orientações Gerais: objetivos, diretrizes e funcionamento. Brasília, 2006.
- BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) / 2005-2010**. CAPES. Brasília, 2004.
- BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) / 2011-2020**. Vol. 2. CAPES. Brasília, 2010.
- BAUER, A. **É possível relacionar avaliação discente e formação de professores? A experiência de São Paulo**. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 28, n. 02, p. 61-82, jun. 2012.
- GARCÍA, C. M. **Formação de Professores: Para uma mudança educativa**. Porto editora. LDA – 1999. 272 p.
- LIBÂNIO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 2). 102 p.
- GATTI, B. A. **Análise das Políticas Públicas para Formação Continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan/abr. 2008.
- PRADA, L. E. A. **Formação Continuada de Professores: experiências em alguns países**. Revista Online da Biblioteca. Prof. Joel Martins. Campinas, v. 2, n. 3, p. 97-116, jun. 2001.
- SÃO PAULO. (Estado). **Decreto nº 53.277, de 25 de julho de 2008**. DOU, São Paulo, v. 118, n. 138. Dá nova regulamentação ao Projeto Bolsa Mestrado. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=98633>> Acesso em: 25 jan. 2018.
- _____. **Resolução SE – 03, de 17 de janeiro de 2008**. Suspende, pelo prazo que determina, os efeitos de dispositivo da Resolução SE nº 131, de 4 de dezembro de 2003.